

INTELLECTUAL E DIRIGENTE: O DISCURSO DE PAULO NOGUEIRA BATISTA, PROTAGONISTA DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO (1975-1979)

ÁLVARO DE OLIVEIRA SENRA

Doutor em Ciências Sociais. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ).

E-mail: asenra@cefet-rj.br

KELDER MENDONÇA PASSOS

Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: kelder.passos@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a obra de Paulo Nogueira Batista, intelectual, diplomata e dirigente do Estado brasileiro, cujo pensamento foi amplamente exposto, registrado e catalogado em documentação preservada. A relação entre esse pensamento, sua materialização na ação política e suas conexões com a ideia de soberania nacional constituem o principal foco do texto aqui apresentado.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectuais; Estado; Ciência Política; Soberania; Nacionalismo.

INTRODUÇÃO

Nascido em Recife em 1929, Paulo Nogueira Batista graduou-se em Direito e tornou-se diplomata de carreira, tendo concluído em 1953 o curso preparatório no Ins-

tituto Rio Branco. Nos anos seguintes, ocupou diversos cargos no Ministério das Relações Exteriores, secretariou importantes reuniões de cúpula de países americanos e trabalhou na representação brasileira em Buenos Aires, Argentina, e, mais tarde, em Ottawa, Canadá.

Durante o Regime Militar (1964-1985), além de participar de diversas atividades vinculadas à diplomacia brasileira, Batista foi nomeado subsecretário de Planejamento Político do gabinete do chanceler Magalhães Pinto (1967-1969), quando teve papel relevante na definição da posição do governo do general Costa e Silva (1967-1969) em relação às questões nucleares.

Em 1969 participou da negociação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a República Federal Alemã, continuou abordando e negociando na condição de ministro conselheiro da embaixada brasileira em Bonn, então capital daquele Estado europeu (1969-1971). Em 1975, no governo de Ernesto Geisel, Batista foi nomeado presidente das Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), empreendimento resultante dos acordos nucleares assinados naquele mesmo ano entre os dois Estados (ESCOREL, 2001, p. 595-596).

Batista dirigiu a Nuclebrás até o governo do general João Figueiredo (1979-1985), mas, no ano de 1983, foi substituído e retornou à carreira diplomática, chefiando no mesmo ano a delegação permanente brasileira no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt). Em 1987, embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU), presidiu o Conselho de Segurança da entidade (1987-1989). Seu trabalho na diplomacia e em instituições do governo brasileiro se estendeu até o ano de sua morte, em 1994 (ESCOREL, 2001, p. 596).

O Acervo Paulo Nogueira Batista encontra-se preservado no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na cidade do Rio de Janeiro. A relevância desse acervo já foi ressaltada pela pesquisadora Célia Maria L. Costa (2006, p. 155):

No total, são 370 documentos abordando especificamente as questões relacionadas às negociações, à assinatura e à implementação do referido acordo (nota: o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha), que dá continuidade à política de cooperação entre o Brasil e a Alemanha, em 1968, sob a coordenação da CBTN¹. Com base nesse primeiro acordo, foram assinados alguns convênios, entre os quais o Convênio Especial sobre Cooperação no Campo da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico, firmado entre o CNPq e o Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich, em 1971, e que viabilizou, entre ou-

1 Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear.

tras coisas, a formação de cientistas brasileiros nos laboratórios alemães e o início de uma cooperação entre os dois países no campo industrial da energia nuclear para fins pacíficos.

No conjunto da documentação contida no acervo Paulo Nogueira Batista, encontram-se registros escritos de intervenções do diplomata acerca das questões de autonomia tecnológica e soberania nacional, objeto de interesse deste artigo.

Paulo Nogueira Batista atuou em um Estado com características fortemente autoritárias e centralizadas, durante um período marcado pela identidade entre o projeto estatal de elevação do Brasil à condição de potência e a ação inovadora de uma política externa de ampliação do alcance dos interesses nacionais – o Pragmatismo Responsável, posto em prática pelo presidente Ernesto Geisel e pelo chanceler Azere-do da Silveira. Foi nesse contexto que se destacou como dirigente do Programa Nuclear Brasileiro.

O embaixador ponderava que a expansão do uso pacífico da energia nuclear proporcionaria benefícios para a população brasileira, pelo acesso de milhões de pessoas à energia elétrica abundante e, também, pela emancipação tecnológica que o domínio de tal tecnologia traria ao país, que passaria a adquirir capacidade de produzir seus próprios reatores, através da estatal Nuclep, subsidiária da Nuclebrás para a produção de equipamentos.

Dessa forma, a despeito da crença de que os militares detinham a última palavra na política nuclear, a presença de Paulo Nogueira Batista à frente da Nuclebrás garantiu ao Itamaraty um canal de significativa importância nas fases de identificação, avaliação e deliberação sobre as melhores alternativas a respeito (PINHEIRO, 2000, p. 471).

Ocupando posição dirigente de grande importância para os objetivos do governo Geisel de busca de autonomia energética e tecnológica para o país, Paulo Nogueira Batista vivenciou o auge e as primeiras grandes crises do Estado desenvolvimentista brasileiro em seu período militar; enfrentou as críticas de setores da sociedade civil, então em fase de reorganização e mobilização, e teve de lidar com a oposição dos Estados Unidos às iniciativas brasileiras de desenvolvimento da energia nuclear, mesmo que para fins pacíficos.

A relevância do Programa Nuclear Brasileiro para o projeto de soberania econômica e tecnológica do país, o impacto que ele teve nas relações entre o Brasil e outras nações (principalmente os Estados Unidos) e a referência que ele criou para os rumos do desenvolvimentismo brasileiro permitem estabelecer traços de continuidade que se estendem até o momento presente da história nacional.

As sensíveis transformações de rumo na política brasileira a partir dos primeiros anos do século XXI, após aproximadamente uma década de hegemonia neoliberal,

possibilitaram que o Estado brasileiro retomasse políticas de desenvolvimento que têm, entre seus objetivos, a busca de maior autonomia nacional nos campos tecnológico e energético. Relacionados aos projetos de fortalecimento da presença brasileira na economia e nos processos de negociação em escala internacional, os objetivos presentes nas políticas implementadas pelo governo Lula da Silva (2002-2010) permitem, num aparente paradoxo, estabelecer nexos com políticas assemelhadas estabelecidas durante determinadas fases do Regime Militar (1964-1985).

Esse paradoxo residiria no fato de que as políticas atuais estão sendo postas em prática por setores que se articularam como oposição aos governos militares. Assim, os nexos sugeridos estabelecem pontes entre conjunturas políticas e históricas bastante distintas.

Um primeiro traço de distinção se relaciona às grandes transformações ocorridas desde então no contexto político interno, com a derrocada do Regime Militar e o estabelecimento de governos de natureza democrática, a institucionalização e a consolidação dessa mesma democracia pela Constituição de 1988 e a considerável ampliação que esse dispositivo jurídico proporcionou aos direitos políticos e sociais. No entanto, esse processo democrático coexistiu com o abandono do projeto desenvolvimentista em curso desde meados do século XX e a adesão de governos brasileiros ao ideário neoliberal.

Outra diferença significativa remete ao panorama internacional atual, profundamente diferenciado daquele conhecido nos anos do Regime Militar (caracterizado principalmente pela Guerra Fria). Desde então, a política internacional foi marcada pela crise e desorganização do Bloco Socialista e pelo fim da Guerra Fria na passagem da década de 1980 para a de 1990; pela hegemonia unipolar dos Estados Unidos e, mais recentemente, pela tendência à multipolaridade e à ascensão de potências de médio porte em processo de afirmação de seus interesses nacionais (entre as quais se inclui o Brasil).

Por sua vez, o principal nexo entre essas duas conjunturas distintas reside na retomada pelo Estado brasileiro de um projeto de desenvolvimento nacional que atribui grande centralidade à autonomia tecnológica em setores estratégicos e à procura de novas fontes energéticas (talvez o exemplo mais concreto hoje esteja na política de fortes investimentos estatais para a exploração do pré-sal). De forma correlata, essas opções se desdobram nas posturas adotadas pelo Brasil na relação com outras nações, marcadas pela tentativa de diminuir a influência – considerada excessiva – dos Estados Unidos nos campos econômico, tecnológico e militar.

A existência desse vínculo demonstra a relevância dos estudos acerca das escolhas adotadas pelo Estado brasileiro em um período que, iniciado no século XX, se estende até os dias atuais. A análise dos projetos de materialização dessas opções e

da ação dos sujeitos com ela comprometidos, por meio dos discursos e da ação política concreta na sociedade civil e nos espaços estatais de decisão e de implementação, cria a possibilidade de desnudar debates e escolhas de grande importância para a trajetória nacional.

O valor desses estudos se consolida a partir da constatação de que o Estado brasileiro, em diferentes períodos e condições, manteve e expandiu políticas de desenvolvimento que têm sua gênese ainda durante o período Vargas (1930-1945), prolongando-se no interregno democrático (1945-1964) e sob o Regime Militar (1964-1985).

GEISEL E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

No interior do Regime Militar, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) empreendeu, sob direção estatal, uma política de acelerado desenvolvimento industrial. Apesar das condições internacionais desfavoráveis, esse esforço, classificado por Castro e Souza (1985) como marcha forçada, isto é, a sustentação de taxas de investimento excepcionalmente elevadas, buscou contrariar a tendência internacional dos países capitalistas em promover políticas de desaquecimento – em virtude da crise causada, entre outros, pela elevação brutal dos preços dos combustíveis.

Essa política foi sintetizada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que objetivava levar o processo desenvolvimentista a um patamar superior, garantindo à economia nacional um maior grau de autossuficiência em setores considerados fundamentais, por meio de investimentos pesados em siderurgia, petroquímica, telecomunicações, energia nuclear etc. Segundo Fonseca e Monteiro (2008):

Desde que veio a público, em setembro de 1974, seis meses após a posse do presidente Ernesto Geisel, e ao longo de sua execução, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi objeto de acaloradas polêmicas. Sua proposta central de imprimir novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, ao priorizar o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital, representava uma guinada de vulto no modelo anterior, vigente durante o período do “milagre” de 1968-1973, cuja prioridade residia nos bens de consumo duráveis. Parecia extemporâneo e fora de propósito acelerar a economia a partir de megaprojetos, sob a forte liderança estatal, justamente quando vários países ajustavam-se, através da recessão, à nova realidade advinda da quadruplicação do preço do petróleo. Ademais, a opção por acelerar o processo de substituição de importações, explicitada no plano, em boa medida lembrava as teses cepalinas, combatidas pelos principais economistas do regime militar.

A opção representada pelo II PND levou o Estado brasileiro a investir na pesquisa e a buscar novos padrões de formação de recursos humanos altamente qualificados, vinculando de forma mais estreita as universidades com a produção científica.

Nesse contexto, a formulação de um programa de produção de energia nuclear que visasse ao desenvolvimento de capacidade tecnológica autônoma apresenta-se como uma das mais importantes decisões políticas da história do desenvolvimentismo brasileiro. O resultado foi a assinatura de um acordo de cooperação com o governo alemão, prevendo a construção de oito usinas nucleares e a transferência de tecnologia por meio da criação de empresas de prospecção de minerais radioativos, de fabricação e reprocessamento de combustível. No depoimento que concede a Spektor (2010, p. 151), Antônio Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores do governo Geisel, aponta que a razão principal para a assinatura desse acordo estava na negação do governo norte-americano, com o qual o Brasil tinha assinado um acordo de uso pacífico da energia nuclear (1972), para transferir tecnologia:

Ele [o acordo com os EUA] não contém o pacote de salvaguardas que nós temos com a Alemanha. O que contém, isso sim, é uma dependência muito maior. Quer dizer, não é um acordo entre partes iguais. Nós ficamos inteiramente nas mãos dos Estados Unidos. Foi tão mal negociado que esse acordo não previa as etapas, não previa, por exemplo, o fornecimento de matéria físsil para aquilo que eles mesmos iam construir no Brasil.

A ousadia e as dimensões do Acordo mobilizaram não somente os recursos do Estado, mas também provocaram forte debate na sociedade civil. Apesar de o país viver sob o regime militar, as condições proporcionadas pela Abertura então em curso permitiram a mobilização e a rearticulação de diversas entidades, representantes de distintos segmentos sociais. O Programa Nuclear Brasileiro não escapou a esse debate.

Como exemplo, pode-se citar a posição cautelosamente favorável ao Acordo Nuclear adotada por Jacques Danon, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em encontro promovido no Rio de Janeiro, no ano de 1978.

Em 1975 surge, então, o Acordo sobre Cooperação dos Campos dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear com a República Federal Alemã, mais conhecido como Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Esse acordo se insere na continuidade dos esforços de se realizar alguma coisa no campo da energia nuclear em nosso país. Se é certo ou errado nós vamos debater. Ele apresenta aspectos positivos e outros que não compreendo e não justifico. Poderia dizer que um aspecto positivo é que, finalmente, vamos inaugurar uma política nuclear. Demos um passo, depois de 30 anos em que praticamente nada foi feito. Esse passo foi tomado e é extremamente importante para desenvolver a energia atômica para fins pacíficos em nosso país (TOTTI, 1978).

O governo Geisel decidiu investir no programa de capacitação nuclear para geração de eletricidade. Os possíveis questionamentos por parte de setores da sociedade civil e a oposição do governo norte-americano se defrontavam com uma realidade internacional de crise energética e de forte aumento do preço do petróleo. A geração de eletricidade abundante e barata justificava esse investimento e sua finalidade pacífica criava a legitimação necessária perante a comunidade internacional. Ademais, o projeto nacional de soberania fundamentava a necessidade de domínio tecnológico e a abertura de uma segunda fase do Programa Nuclear. A primeira fase havia se instaurado em 1969, no governo Costa e Silva, com a compra do reator fabricado pela empresa norte-americana Westinghouse. Sob Geisel, uma nova exigência era incorporada: a transferência de tecnologia que abarcasse o ciclo completo, da extração de combustível à fabricação de reatores nucleares.

O objetivo do governo brasileiro iria além dos efeitos econômicos decorrentes da abundância energética, incluindo a formação de mão de obra, a capacitação tecnológica e o desenvolvimento de empresas nacionais capazes de dominar a tecnologia da produção dos equipamentos e componentes nucleares (MARALHAS, 2007, p. 22). A continuidade de um projeto nacional de industrialização justificava os pesados investimentos. Nesse projeto, o papel assumido pelas inversões diretamente controladas pelo Estado foi fundamental. No caso específico do governo de Geisel, a função do Estado atingiu dimensões que demarcaram uma inflexão nas relações entre o regime e o empresariado: a tendência à maior participação estatal foi acompanhada pela crescente retirada de apoio da burguesia brasileira aos militares, que antes dispunham da plena solidariedade dessa parcela da população.

INFLUÊNCIAS DA CRISE

Os investimentos estatais e o projeto desenvolvimentista foram abalados pela conjuntura econômica internacional a partir de meados da década de 1970. A crise energética internacional, o endividamento externo e suas consequências para a capacidade de investimento do Estado brasileiro se fizeram sentir.

Ao longo da década de 1980, coincidindo com o retorno à condição democrática, constituiu-se entre as elites brasileiras um novo consenso, indicando o abandono do esforço desenvolvimentista, as privatizações e a abertura do mercado nacional como soluções para a crise econômica. As vitórias eleitorais de Fernando Collor (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994, 1998) criaram as condições para a hegemonia do consenso neoliberal e o fim da “Era Vargas”.

O ponto de inflexão ocorreu somente com a vitória da coalizão de apoio a Lula da Silva em 2002; principalmente a partir do segundo mandato, iniciado em 2006, rear-

ticulou-se uma série de políticas estatais de desenvolvimento autônomo, políticas cuja tradição não está restrita às nuances à esquerda do espectro político brasileiro, sendo também sedimentada em setores autoritários, como pode ser observado nos objetivos propostos e nas políticas implementadas pelos governos militares.

INTELECTUAL E DIRIGENTE

Paulo Nogueira Batista é definido nesta pesquisa como um intelectual. Para melhor delimitar o objeto estudado, o intelectual aqui se apresenta como um mediador, organizador e promotor através de sua capacidade de persuasão e de organização do consenso em torno de suas posições. Segundo o pensador italiano Gramsci (1989, p. 3):

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Nesse sentido, esforço especial será desenvolvido pela pesquisa para a análise do registro do pensamento de Batista. Embora os diferentes espaços ocupados pelo Estado e pela sociedade civil tenham uma face coletiva e impessoal, é inegável o papel desempenhado por indivíduos, dirigentes e/ou intelectuais, que podem agir como porta-vozes de posições oficiais, ou então como frações que atuam internamente ou expõem publicamente suas ideias, que não são, necessariamente, as mesmas adotadas oficialmente na ação coletiva. O discurso desses indivíduos desnuda suas preocupações e intenções políticas e media a relação entre os intelectuais individuais, os sujeitos políticos a que se vinculam e o público a que se dirigem. Para Fairclough (2001, p. 94):

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder.²

2 Segundo Fairclough (2001, p. 22), "Qualquer 'evento'/discurso (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social".

Considerada essa perspectiva, Paulo Nogueira Batista acrescentou outra à sua condição de intelectual, a de dirigente do Estado brasileiro, partícipe da concepção do papel a ser assumido pelo Brasil no contexto internacional e dos processos que resultaram na decisão de implementar o Programa Nuclear. Seu papel individual implicava um compromisso político: a busca pela soberania, vista como emancipação energética e tecnológica do país, superando a vulnerabilidade em relação ao exterior. A facilidade com que o governo norte-americano abdicou do compromisso de garantir urânio enriquecido para as projetadas usinas nucleares brasileiras e, a partir de 1973, a explosão dos preços do petróleo importado demonstram de forma gritante essa vulnerabilidade.

A posição dos Estados Unidos em relação ao fornecimento de urânio enriquecido provocou, no governo brasileiro, a disposição de não mais aceitar acordos que não contemplavam os interesses de busca da autonomia nacional no campo tecnológico. Alternativas deveriam ser levantadas, e o primeiro resultado foi a denúncia dos contratos assinados com a Westinghouse, que previam a construção das usinas nucleares de Angra I e II e a aproximação do Brasil com o governo da Alemanha Ocidental:

Segundo as resoluções do acordo, Brasil e Alemanha se comprometiam a desenvolverem juntos um programa, com a ajuda do governo e das empresas privadas alemãs (lideradas pela Kraftwerk Union - KWU), de construção de oito grandes reatores nucleares para a geração de eletricidade, bem como a implantação no país de uma indústria teuto-brasileira para a fabricação de componentes e combustível para os reatores, no prazo máximo de 15 anos. O acordo com a Alemanha, apesar de não reverter a opção pela tecnologia do urânio enriquecido, permitia ao Brasil absorvê-lo gradativamente ao englobar a transferência progressiva do conhecimento científico-tecnológico em todo o campo nuclear dominado por aquele país. O acordo nuclear era, portanto, uma oportunidade a mais para demonstrar a afirmação da vontade nacional em defesa dos objetivos julgados legítimos pelo país, que se desagradou ao parceiro do norte, recebeu internamente um amplo apoio de importantes setores da sociedade civil e militar (MARALHAS, 2007, p. 98).

O discurso de Paulo Nogueira Batista apresenta grande sintonia com as preocupações e o projeto de soberania nacional e projeção externa dos governos militares. Em pronunciamento datado de 1967, quando ocupava o cargo de subsecretário de planejamento político do Ministério das Relações Exteriores, Batista justifica a necessidade de um país forte, capaz de promover o desenvolvimento econômico, mas, principalmente, dotado do conhecimento científico e tecnológico, que deve ser objetivo do Estado e de sua diplomacia. Segundo ele, a política externa de seu governo, entre outras coisas, visará “a atração de capitais e de ajuda técnica, e – de parti-

cular importância – a cooperação necessária para a rápida nuclearização pacífica do país” (PNB PI Batista, P. 1967.04.03, p. 3).

Batista deu continuidade ao seu discurso ressaltando a necessidade de o Brasil promover o desenvolvimento em conjunto com outros países de igual patamar, fazendo parte ou criando associações de desenvolvimento mútuo, principalmente entre países latino-americanos; daí a defesa da conveniência de um segundo acordo internacional além do Mercado Comum Regional: a Comunidade Latino-Americana do Átomo (PNB PI Batista, P. 1967.04.03, p. 8). A justificativa para a fundação dessa comunidade está em se dar um fim à dependência econômica e tecnológica desses países, desempenhando a energia nuclear o papel de alavanca para diminuir a distância em relação aos países desenvolvidos. Em documento anexo a esse pronunciamento, intitulado “Minuta original”, Paulo Nogueira Batista expõe com toda clareza:

A meta será nuclearizar pacificamente o Brasil, [...] repudiamos o armamento nuclear [...]. Não desejamos, porém, que os instrumentos internacionais sobre o assunto contenham cláusulas que possam significar entraves imediatos ou potenciais ao pleno aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos. Privarmo-nos do acesso direto da utilização de combustíveis e explosões nucleares para fins pacíficos, deixá-la exclusivo privilégio das potências hoje detentoras seria aceitar de forma inadmissível o colonato (PNB PI Batista, P. 1967.04.03, p. 20).

No mesmo período, Batista escreveu um artigo para a revista *Foreign Affairs*, que não chegou a ser publicado, contendo a análise da relação entre a política externa brasileira e os interesses nacionais. Após uma pequena introdução, define o autor: “Brazilian foreign policy must therefore be revolutionary, in absolut discenance with the ‘status quo’ prevailing in present international economic relations.”³ (PNB PI Batista, P. 1968.10.00, p. 3). É notável a apologia da conversão da política externa brasileira em algo “revolucionário”, ou seja, seria necessário vivenciar uma profunda transformação a fim de deixar a condição de subdesenvolvimento do país e também alinhar-se totalmente aos interesses nacionais, e não aos polos de poder da época. A busca pelo domínio completo da tecnologia nuclear com finalidade pacífica é um exemplo dessa busca de autonomia (PNB PI Batista, P. 1968.10.10, p. 3).

A defesa que Paulo Nogueira Batista faz de uma política externa de forte defesa da autonomia nacional e a temática da utilização da energia nuclear em nível mundial, se relacionam a outra: o congelamento das relações internacionais sob os interesses das potências hegemônicas e a eternização da condição subordinada de nações do porte do Brasil.

3 A política externa brasileira deve ser, então, revolucionária, de modo bem diferente do *status quo* prevalecente nas atuais relações econômicas internacionais (PNB PI Batista, P. 1968.10.00, p. 3, tradução nossa).

Ultrapassado o período mais agudo da Guerra Fria, as políticas de reaproximação entre Oeste e Leste e o discurso da não proliferação nuclear promovidos pelas grandes potências com a finalidade de garantir a paz mundial tinham uma contrapartida muito prejudicial das nações de médio porte. Ao congelar o *status quo* nuclear, seria bloqueado o desenvolvimento dos países que não possuíam essa tecnologia e que dela tanto necessitavam para sustentar o aceleração econômico, pois eles seriam impedidos de desenvolver o domínio tecnológico tão primordial para uso pacífico e para atender às necessidades de economias em expansão e de populações em rápido crescimento.

Para Paulo Nogueira Batista, esse congelamento afeta claramente as necessidades e os interesses brasileiros: “The treaty creates specially difficult situations for our contry”⁴ O intelectual conclui que “Brazil clearly demonstrated its repulse to the spread of this type of armament when it proposed the denuclearization of Latin-America [...]. But what my country cannot accept is a status of technological inferiority in the field of peaceful uses of nuclear energy”⁵ (PNB PI Batista, P. 1968.10.10, p. 3). Em outras palavras: para o diplomata, as aspirações nacionais brasileiras não podem aceitar a falta de autonomia no campo da energia nuclear para fins pacíficos.

A ampliação dos horizontes nacionais não se limita ao domínio de tecnologias consideradas essenciais para o desenvolvimento: engloba, também, a superação da desigualdade comercial presente nas relações norte-sul a partir do protecionismo praticado pelos primeiros e a necessidade de extensão das relações comerciais a novos mercados, como a América Latina, os continentes africano e asiático e o bloco socialista. Tal concepção pode ser observada em um trabalho que Paulo Nogueira Batista apresentou na Escola Superior de Guerra (ESG), destacando a resistência dos países desenvolvidos em abrir seu mercado às nações em desenvolvimento: “Para assegurar a contribuição do setor externo ao seu desenvolvimento e, portanto, reduzir os seus custos sociais, nosso país terá de manter uma ativíssima presença internacional [...]” (PNB PI Batista, P.1973.10.22, p. 45).

A busca desse objetivo – a maior presença brasileira no cenário internacional – implica superar os grandes entraves, entre os quais o diplomata enumera a existência de um “sentimento antibrasileiro”:

Já não é rara a insinuação, por enquanto ainda informalmente feita, tanto entre países subdesenvolvidos quanto entre desenvolvidos de que o Brasil já estaria nessa última categoria. Por mais lisonjeira que seja, caberia resistirmos à tentação de

4 O tratado cria situações especialmente difíceis para nosso país (PNB PI Batista, P. 1968.10.10, p. 3, tradução nossa).

5 O Brasil claramente demonstrou sua repulsa à expansão deste tipo de armamento, quando propôs a desnuclearização da América Latina [...] Mas o que meu país não pode aceitar é um status de inferioridade tecnológica, no campo dos usos pacíficos da energia nuclear (PNB PI Batista, P. 1968.10.10, p. 3, tradução nossa).

aceitá-la e reconhecemos que sua inspiração profunda no exterior é antibrasileira, visando restringir a nossa competitividade comercial ou o nosso acesso à assistência financeira internacional.” – a falta de tecnologia – Outra ordem de dificuldades [...] são as que derivam das aspirações brasileiras a um desenvolvimento realmente independente e sem restrições, tanto no que se refere ao pleno acesso a todas as conquistas da ciência quanto no que diz respeito à integral mobilização de todos os recursos nacionais [...]. A um país nas condições do Brasil não podem interessar portanto o empenho das grandes potências em congelar, por uma prematura relação internacional, relações de poder que já favorecem os países desenvolvidos (PNB PI Batista, P.1973.10.22, p. 46-47).

O conjunto da argumentação desenvolvida por Paulo Nogueira Batista reafirma a necessidade brasileira de desenvolvimento tecnológico a fim de passar da condição de país subdesenvolvido a uma sociedade industrial moderna. Esses pontos de vista estão afinados com o desenvolvimento da política externa brasileira em fins da década de 1960. Apesar de seu anticomunismo e do alinhamento com os Estados Unidos em seus primeiros momentos, nos governos dos generais Costa e Silva e Médici já se buscava a ampliação dos horizontes nacionais para além do alinhamento mais ou menos automático com a política externa do governo norte-americano, gerando atritos e divergências entre as duas nações.

Até o governo Geisel, esses atritos inseriam-se principalmente no campo econômico e no bloqueio imposto pelos norte-americanos a reformas no comércio internacional. Com Geisel e o investimento brasileiro na busca da autonomia nuclear, a adoção de uma política externa foi fundada no pragmatismo responsável.

ALGUMAS PALAVRAS PARA FINALIZAR

Em sua introdução, este artigo ressalta os nexos existentes entre os projetos de construção nacional e suas respectivas políticas externas em períodos aparentemente antípodos, o Regime Militar e os governos exercidos por partidos de esquerda no Brasil após 2002.

Esses vínculos também podem ser encontrados na comparação da política dos militares (em especial do governo Geisel) com outro momento da nossa história: são notáveis os pontos em comum entre o pragmatismo responsável e a política externa independente implantada por governos do final do período democrático no início da década de 1960. Assim como os pontos de ligação, também o peso do Brasil no contexto internacional havia se transformado:

As condicionantes infra-estruturais mais favorecedoras do país na década de 70 - maior grau de industrialização, diversificação mais acentuada das ligações interna-

cionais, bem como o “salto de poder” proporcionado pelo crescimento acentuado experimentado pela economia no governo Médici - apresentavam um Brasil mais maduro e mais consciente de seu peso e relevância no concerto internacional do que aquele inscrito na década anterior (MARALHAS, 2007, p. 18).

As justificativas para a implantação de políticas mais ousadas que resultassem em uma maior autonomia nacional – o que passava obrigatoriamente pela ampliação da capacidade energética instalada e, segundo a visão dos dirigentes do Estado, pelo domínio da tecnologia nuclear para fins pacíficos –, assim como a capacidade de tomar decisões e de materializá-las em políticas de Estado requisitaram quadros intelectuais de grande largueza e habilidade dirigente.

Paulo Nogueira Batista foi um representante desses quadros, e a exploração da documentação por ele legada, sobretudo no que se refere às graves decisões relacionadas ao projeto de autonomia nuclear do Brasil, é de grande relevância para o entendimento dos rumos do Brasil contemporâneo.

INTELLECTUAL AND DIRECTOR: THE DISCOURSE OF PAULO NOGUEIRA BATISTA, HEAD OF THE BRAZILIAN NUCLEAR PROGRAM (1975-1979)

ABSTRACT

This article aims at analyzing the thought of Paulo Nogueira Batista, intellectual, diplomat and ruler of Brazilian State, whose ideas have been vastly recorded, exposed, and catalogued. The relationship between his thought, its concrete actualization in political action and its connections with the idea of national sovereignty constitute the main focus of the paper below.

KEYWORDS

Intellectuals; State; Political science; Sovereignty; Nationalism.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVOS PAULO NOGUEIRA BATISTA. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 6 jan. 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 6.151, de 4 de dezembro de 1974 (II Plano Nacional de Desenvolvimento). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

- BRASIL. O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 28 dez. 2010.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- COSTA, C. M. L. A política nuclear nos arquivos pessoais. In: ABREU, A. A. *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 145-162.
- SCOREL, S. Paulo Nogueira Batista. In: ABREU, A. A. et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 1. p. 595-596.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FONSECA, P. C.; MONTEIRO, S. M. O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2010.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- MARALHAS, R. R. *O projeto nuclear e a política de potência no governo de Ernesto Geisel*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, 2007.
- PINHEIRO, L. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o Regime Militar. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990: prioridades, atores e políticas*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2000. v. 4, p. 449-474.
- TOTTI, P. A indústria de bens de capital, a burguesia nacional e a democracia. In: CARLOS, N. (Coord.). *A questão da política nuclear brasileira*. In: VIANNA, L. W. et al. *Conjuntura nacional: III ciclo de debates do Teatro Casa Grande – 17 de abril a 12 de junho de 1978*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 67-98.